

# Pequena política

O DEBATE parlamentar sobre a cultura arrastou-se penosamente, com Governo e oposição esgrimindo argumentos que, há semanas, têm veiculado através dos meios de comunicação social. A generalidade dos deputados — da maioria e das oposições — demonstrou uma aflitiva ignorância dos temas em discussão, insistindo nas ideias gerais e nas afirmações de princípios.

Um tema apenas galvanizou a discussão: o corte do nome de José Saramago da lista portuguesa para o Prémio Literário Europeu. O PS e o PCP atacaram o Governo e os fantasmas de Khomeiny e Rushdie pairaram no hemiciclo — e o da Inquisição também.

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, chamado a defender a sua medida, foi de uma infelicidade confrangedora: “O ‘Evangelho Segundo Jesus Cristo’ é uma obra que ataca o património religioso dos portugueses” e que, por isso, “em vez de os unir, os divide”. Não há que negar: um tal raciocínio evoca, com efeito, o Tribunal do Santo Ofício.

O discurso de Sousa Lara foi mesmo tão patético que Santana Lopes teve que intervir, tentando fazer fogo com qualquer lenha: “Este caso é um exemplo mais do poder que o Estado não deve ter.” Esqueceu-se o senhor secretário de Estado da Cultura de advertir o seu subordinado de que — visto deter, ainda assim, um poder tão excessivo — o deveria saber utilizar.

Enfim, o debate ia sendo ocupado com “questões de intendência”, como disse Adriano Moreira do CDS. Este deputado foi, aliás, um dos poucos que procuraram ir mais além das “questões de intendência”: a identidade nacional num mundo sem fronteiras e a defesa das culturas minoritárias no mundo e em Portugal — lembrou os africanos que por cá vivem — foram temas alternativos que se impuseram pela seriedade e pelo rigor.

Com referência à intervenção do deputado Fernando Pereira Marques, do PS — documentada, bastante documentada —, fica registado o que de mais interessante se ouviu no Parlamento. No fundo, as questões aqui tratadas não se destinavam a sair para a rua, já vinham da rua. Aportaram aqui algo anémicas.

A única novidade que a rua vai saber é que o Governo — por interposta pessoa de Santana Lopes — não gostou de que o Presidente da República, Mário Soares, se tivesse colado à Frente Nacional para a Defesa da Cultura. O secretário de Estado da Cultura falou mesmo nos perigos de quebra na coabitação institucional, responsabilizando Mário Soares pelas consequências que pudessem advir da sua atitude. Num debate cada vez mais morno e que ameaçava acabar num empate, Santana Lopes utilizou esta chicotada psicológica para dar a volta ao resultado.

Talvez os intelectuais integrantes da Frente Nacional para a Defesa da Cultura compreendam agora que o combate em que andam envolvidos tem mais a ver com a política do que com a cultura. Com uma política muito pequenina, diga-se. ■